

Recebido: 20/08/2018

Aprovado: 05/12/2018

## **Carnaval é política: a criação da Federação Carnavalesca de Pernambuco (1930-1950)**

Rosana Maria dos Santos<sup>1</sup>

---

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar a organização do Carnaval do Recife como parte do processo de modernização da capital pernambucana (1930-1950). O controle aos populares durante o reinado de Momo torna-se intenso à medida que a cidade precisava mostra-se civilizada e com ordem. As elites procuraram interferir no cotidiano da classe operária, buscando neutralizar movimentos tanto políticos quanto de lazer e divertimentos. Desse modo, houve um incentivo à assimilações de práticas moralizantes, assim como também, uma tentativa de adestrar os dominados, para assim obter o controle nos seus momentos de não trabalho, procurando controlar os seus hábitos e diversões. A conquista das ruas pelo povo fez crescer a violência no reinado de Momo. Os anos de 1930 são marcados por uma forte competitividade e conflitos entre os clubes carnavalescos. E essa onda de violência tornou-se uma preocupação não só das

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). O texto é resultado de um dos capítulos da dissertação de mestrado: “É na lei e na marra: a organização do Carnaval do Recife (1955-1964)”, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: rosanamaria.history@gmail.com

autoridades políticas, mas também dos empresários da época. Diante da insegurança durante dias de festa, na década de 1930 foi criada a Federação Carnavalesca Pernambucana. De acordo com o Anuário do Carnaval pernambucano, os argumentos que justificavam a sua criação eram que a “alta sociedade” pernambucana estava interessada no progresso do Estado, e que se fazia necessário tornar o Recife uma cidade do turismo, do Carnaval e da ordem. Assim o artigo traz contribuições para o estudo do fenômeno da festa, no nosso caso, o Carnaval, e os desdobramentos, vozes e interesses que nele circulam. A pesquisa dialoga com historiadores da história social da cultura, como E. P. Thompson e Michel de Certeau, com o objetivo de entender as formas festivas da sociedade e principalmente o ser social que está inserido nas suas normas e estruturas.

*Palavras-chaves: Carnaval; Federação Carnavalesca de Pernambuco; Estado Novo.*

**Abstract:** The purpose of this article is to analyze the organization of the Carnival of Recife as part of the process of modernization of the capital of Pernambuco (1930-1950). The control to the popular ones during the reign of Momo becomes intense as the city needed to show itself civilized and with order. The elites tried to interfere in the daily life of the working class, seeking to neutralize both political and leisure movements and amusements. In this way, there was an incentive to assimilate moralizing practices, as well as an attempt to train the dominated, to gain control in their moments of not working, trying to control their habits and diversions. The conquest of the streets by the people increased the violence in the reign of Momo. The years of 1930 are marked by a strong competitiveness and conflicts between the carnival clubs. And this wave of violence became a concern not only of the political authorities, but also of the businessmen of the time. Facing the insecurity during days of celebration, in the decade of 1930 was created Federation Carnavalesca Pernambucana. According to the Pernambuco Carnival Yearbook, the arguments that justified its creation were that the "high society" of Pernambuco was interested in the state's progress, and that it was necessary to make Recife a city of tourism, Carnival and order. Thus the article contributes to the study of the phenomena of the party, in our case, the Carnival, and the unfoldings, voices and interests that circulate in it. This research converses with historians of social history of culture, such as e. p. Thompson and Michel de Certeau, whose goal is to understand the festive forms of society and primarily be social that is inserted in its rules and structures.

*Keywords: Carnaval; Carnival Federation of Pernambuco; New State.*

## As Estratégias para Organizar o Carnaval do Recife no Século XX

O século XX foi marcado por uma forte mudança paisagística, econômica e social na cidade do Recife. No final do século XIX, a capital pernambucana era um dos principais centros de comercialização do país. Sua importância se estendia nas áreas político-administrativa, financeira e cultural. Esse desenvolvimento começou a atrair um grande contingente populacional, em busca de trabalho e melhores condições de vida.<sup>2</sup>

O aumento populacional do Recife representou um certo receio para as elites.<sup>3</sup> Muitos homens e mulheres, em busca de melhores condições de vida e de renda, foram atraídos pelo “progresso” mas, ao chegarem na capital, eles eram vistos pelos mais favorecidos economicamente como pessoas que possuíam comportamentos considerados fora dos padrões de civilidade (disciplina, ordem e trabalho) que se tentava impor aos moradores da cidade.<sup>4</sup>

No século XX há um aumento na construção de grandes clubes fechados, visitados por uma minoria privilegiada da população, eram homens que não viviam “vagando” pelas ruas da cidade. Esses cidadãos eram os frequentadores de ambientes sofisticados de clubes, como por exemplo, o Clube internacional do Recife (1885), Sport Club do Recife (1905), *The British Country Club* (1920), Clube Alemão (1920), Caxangá Golf Club (1928) e o Clube Português (1934). Esses locais eram visitados por elementos da alta sociedade, e não permitiam associados das camadas populares, pois eram espaços que conferiam distinguir economicamente e socialmente a população recifense (VAINSENER, 2008).

---

<sup>2</sup>Para maiores aprofundamentos sobre o estudo das elites no Brasil ler: CARVALHO, J. M. *A construção da ordem: a elite política imperial*, 2003; *Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira. CHARLE, C. História das elites e método prosopográfico. 2006. In: HEINZ, F. M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas.

<sup>3</sup> A população teve um crescimento expressivo de 113 mil habitantes, em 1890, para 239 mil em 1920. Com o aumento populacional, Recife se expandia e conseqüente ganhava novos bairros. A Madalena, o Poço da Panela, Caxangá, Afogados, Várzea e Beberibe. REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. **O Recife: História de uma Cidade**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2002.

<sup>4</sup> Nem todos aceitavam ou usufruíam dos privilégios das reformas urbanas. Em 1904 o prefeito Eduardo Martins, nomeado pelo governador Sigismundo Gonçalves, tomou medidas disciplinadoras na cidade do Recife. Na década de 1910, o governo de Dantas Barreto trouxe propostas modernizadoras para o Estado. O seu governo foi marcado por uma maior articulação com os trabalhadores urbanos e por um forte discurso de progresso. Em 1926, o governo de Sérgio Loreto reformulou os serviços de saúde e higiene, a sua gestão foi marcada pelo lema: urbanizar, civilizar e modernizar. As elites dominantes buscavam fomentar a todo o momento a necessidade de um projeto modernizador, pois só o progresso seria capaz de eliminar as feições colônias do Recife. A capital pernambucana era marcada por contrastes visíveis: a cidade do progresso x a mucambópolis. PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. *O Recife: história de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000, fascículo 07, p.49-50.

Segundo Raimundo Arrais, esses espaços de lazer causavam uma grande sedução sobre as camadas populares. A construção de grades em praças e jardins do Recife, visando excluir os populares de certos lugares públicos, deixa bem claro até que ponto a exclusão social foi latente na urbe. Foram as camadas pobres do Recife que sofreram as mais diversas e variadas formas de controle. Essas tentativas de controle sobre as camadas populares eram pautadas em ações repressivas e coercivas, porém essas medidas foram incapazes de “domesticar” e disciplinar os corpos (ARRAIS, 1998).

Para a historiadora Sylvia Couceiro, a modernização implementada nas primeiras décadas do século XX, alterou não apenas a aparência física da cidade mas também provocou intensas mudanças nos padrões de convivência dos seus habitantes. As novas regras e normas de convívio impostas por grupos pertencentes às elites implicavam no controle e na repressão de uma série de manifestações e práticas tradicionais, principalmente as que estavam ligadas às camadas populares. No entanto, padrões geraram momentos de conflitos e tensões, mas igualmente abriram possibilidades de trocas, apropriações e adaptações culturais entre os desiguais. Couceiro ainda corrobora com a ideia de que as elites “brigavam” para dominar os espaços públicos, sobretudo as ruas, porém não conseguem controlar definitivamente esses lugares nem afastar os populares delas (COUCEIRO, 2003).

No século XX, o Carnaval do Recife passou por intervenções, por parte das autoridades, cujo objetivo central era manter a disciplina. As autoridades policiais e os responsáveis pela organização da folia de rua tornam mais intenso o “policimento” durante os dias de Momo, pois as rivalidades entre os clubes se transformavam muitas vezes em violência. Segundo Rita de Cássia Barbosa Araújo,

As agressões e os insultos, a princípio verbais e gestuais, facilmente degeneravam em lutas sangrentas. A violência era uma constante no cotidiano da cidade e, mais ainda, por ocasião das grandes aglomerações populares, como no Carnaval. Desfile num clube era um ato de prazer, satisfação e orgulho, mas também o era de desafio e coragem (ARAÚJO, 1996, p.355).

Segundo Araújo, Com a força e a popularidade das agremiações carnavalescas, nas primeiras décadas do século XX, começa a existir uma mudança de postura dos políticos, da imprensa e da polícia com relação aos folguedos, pois o “mostro popular”, ano a ano estava tomando conta das ruas e almejava ganhar autonomia.

As elites locais e as autoridades percebendo que as agremiações tinham um poder de organização social e sindical, resolveram mudar suas posturas com relação às formas

de divertimento dos populares. Considerando-se que a organização do Carnaval, até então, era descentralizada, ou seja, eram os grupos que buscavam o patrocínio para confeccionar suas fantasias, realizando assim bailes, rifas, sorteios e ainda circulavam pelo comércio com o seu “livro de ouro”<sup>5</sup>; tinham autonomia para decidir os dias do desfile, o itinerário, horário, trajes e repertório. Só sendo necessária autorização da polícia. Os prêmios eram oferecidos pelo comércio. O Estado só ficava responsável por regulamentar os festejos, cuidando para que nada fugisse do sossego e dos bons costumes.

Com a realização do Congresso Carnavalesco, no ano de 1910, houve uma tentativa das elites e das autoridades de ter o domínio sobre o Carnaval e principalmente controlar as agremiações Carnavalescas. Já aos grupos carnavalescos, interessava-lhes o reconhecimento social.

Seus dirigentes pretendiam reforçar e padronizar os estatutos das sociedades Carnavalescas, retirando-lhes autonomia e poder de decidirem sobre seus próprios destinos; como também tentaram interferir na forma de exibirem-se em público, redefinindo padrões de comportamentais e estéticos, incentivando, por exemplo, a substituição das “arcaicas vestimentas” por eles consideradas improprias e ridículas (ARAÚJO, 2008, p. 88).

As ideias do Primeiro Congresso Carnavalesco não conseguiram se consolidar, com a substituição dos grupos políticos locais após o Movimento Salvacionista. Os projetos idealizados no evento só se concretizaram na década de 1930, com a criação da Federação Carnavalesca Pernambucana (FECAPE), durante o Estado Novo. (VIDAL, 2010).

Dando continuidade às tentativas de controle social, na década de 1920, no Recife, se popularizaram dois chefes de polícia que ficaram muito conhecidos na época: o inspetor de polícia Ramos de Freitas e o chefe de polícia Souza Leão. Eles ganharam a fama de autoritários e rigorosos quando o assunto era controlar os hábitos das camadas populares, considerados impróprios pela burguesia. Esses chefes de polícia se utilizavam de vários mecanismos para o controle da ordem na cidade do Recife, principalmente nas festas populares, como o Carnaval. Souza Leão, por exemplo, impôs várias regras para coibir algumas práticas realizadas pelas camadas populares, uma delas foi a fixação de horários para o término dos divertimentos, assim como também, ele tentou impor regras

---

<sup>5</sup> O “livro de ouro” é uma prática das agremiações carnavalescas, que para angariar recursos, os seus líderes visitam as indústrias e o comércio para obter dinheiro e assim conseguir custear as suas despesas. Com a regulamentação do Carnaval, o atraso da subvenção fazia com que muitos grupos passassem por dificuldades financeiras. Sendo o “livro de ouro” uma das muitas manobras que agremiações encontravam para conseguir sobreviver.

de comportamento que fossem compatíveis com a vida dos centros urbanos modernizados e civilizados (ARRAES, 2010).

Portarias e normas foram criadas, tais como a de *Instruções Regulamentares para Teatros e Diversões*, criada em 1927. Posteriormente, foi criada a Inspetoria de Polícia caracterizada como: *Seção de Teatros e Diversões Públicas*, que era responsável pela monitoração e fiscalização dos espaços de diversão públicos e privados. Essas regulamentações e instruções estabeleciam regras minuciosas para os teatros e diversões.<sup>6</sup>

A partir dessas portarias inicia-se uma rede de controle que extrapola os limites da coação física, pois o poder agia sobre esses homens e mulheres, não para supliciá-los, mas para “adestrá-los”, impor novas formas de civilidade, comportamentos e atitudes. O tempo e o espaço passam a serem controlados. Portanto, não bastava apenas olhar os brincantes, ou ver se agiam de acordo com as regras de “civilidade”. Fazia-se com que eles soubessem que os olhos da vigilância estavam a observá-los enquanto durasse o divertimento.

As licenças duravam de três a quatro dias, dependendo do tipo de divertimento. No entanto, alguns ofícios de liberação da diversão deveriam ser renovados anualmente, ou seja, o tempo da licença variava de acordo com a modalidade da brincadeira (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, 1931).

Porém, mesmo recebendo a licença para o seu funcionamento e exibição, de acordo com as normas pré-estabelecidas, a presença da polícia durante as apresentações era comum, pois cabia aos policiais fiscalizar e determinar o que deveria ser apresentado e o horário para término da brincadeira. Podemos citar como exemplo uma carta enviada ao Chefe de polícia pelo Presidente da Troça Carnavalesca Mista Pão Duro:

Amaro de Freitas Lima, Presidente da Troça Carnavalesca Mista Pão Duro, residente na rua da Jangada nº22 terceiro distrito de São José, vem muito respeitosamente pedir a V.Ex.<sup>a</sup>. que se digne conceder-lhe a necessária licença para os ensaios e exhibir-se no Carnaval próximo (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, 1931, p.2).

Outro exemplo é o pedido de Salustiano José Tenório, solicitando licença anual para a apresentação de um Cavalo Marinho durante o ano de 1932:

---

<sup>6</sup> Entende-se por diversões públicas clubes de futebol, cavalos-marinhos, fandangos, centros espíritas, associação beneficente, bumba-meu-boi, agremiação de Carnaval, maracatu, pastoris, cabarés e casas de cômodos. COUCEIRO, Sylvia. Entre festas, passeios e esportes: o Recife no circuito das diversões nos anos de 1920. In BARROS, Natália; REZENDE, Antônio Paulo; SILVA, Jaílson Pereira. *Os Anos 1920: histórias de um tempo*. Recife: Ed.Universitária da UFPE, 2012, pp.83-114.

Salustiano José Tenório, pretendendo fazer funcionar, **livremente, durante o período de 1932**, um divertimento popular denominado “Cavalo Marinho” e exhibir-se no próximo Carnaval, requer a V.Ex.<sup>a</sup> que se digne de conceder-lhe a necessária licença, o qual é situada na Avenida Afonso Olindense na Várzea. Nestes termos; (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, 1931, p. 9). **(grifos da autora)**

Eles resistiam e burlavam as normas de diversas maneiras: a primeira delas devia-se à própria fragilidade do sistema de vigilância; a segunda era subversão feita pelos populares, muitas vezes inconscientemente, ou até mesmo utilizando-se de táticas de negociação. Segundo Certeau, nem todos os sujeitos se apropriaram do discurso, ou seja, a sociedade não se reduz ao discurso o qual o poder utiliza para obter o controle social, a relação dos sujeitos não é uma prática passiva, uniforme, feita de puro conformismo às imposições dos poderes sociais (CERTEAU, 2013).

Portanto no século XX a rua e os divertimentos passam a ser controlados e constantemente vigiados. O povo estava sujeito a pressões para “reformatar” sua cultura, segundo normas que vinham de cima, e os esclarecimentos e ordenações escorriam dos estatutos superiores aos inferiores. As pressões em favor da reforma, civilidade e ordem sofriam uma resistência teimosa dos populares (THOMPSON, 1998).

Essa “teimosia” e resistência do povo recifense podem ser vistas e problematizadas no Carnaval. No entanto, sua história deve ser “vista de baixo”, para não ser reduzida a um simples exercício de resistência dos populares, uma vez que o reinado de Momo vai, além disso, revelando problemas de cidadania, política, desigualdades sociais, econômicas e de gênero.

De acordo com Leonardo Silva, por muitos anos houve uma preocupação por parte das autoridades de reprimir o Carnaval do Recife. E essa onda de violência tornou-se uma preocupação não só dos administradores políticos. A insegurança durante os dias de Momo era tão grande que havia agremiações que, ao saírem para as ruas, durante a brincadeira, solicitavam antes a proteção policial (SILVA, 1991).

Os dirigentes políticos e policiais sempre estiveram conscientes da importância e eficácia das festas públicas como elementos de coesão, integração social e com capacidade enorme de mobilização política, esse dado é importante para revelar a manipulação em torno das mesmas, seja quanto às repressões ou quanto às mudanças de seus significados. Sempre regulando para que nada fugisse da ordem pública, os gestores se esforçavam para estar tudo dentro dos limites toleráveis e em meio à paz social. Sendo



percebidas três grandes tendências na forma de lidar com as manifestações da cultura popular: a vigilância, a ordem e a força policial (SILVA, 1991).

Os anos trinta do século XX foram marcados por uma forte competitividade e conflitos entre os clubes carnavalescos, e essa violência tornou-se uma preocupação não só das autoridades, mas também dos empresários da época.

(...) no Carnaval, dois clubes rivais encontraram-se numa rua da Ilha do Leite, “ os maiores das duas agremiações convieram que não houvesse briga pois, recuar, nenhum deles admitiria. Aproximaram-se, os estandartes se cumprimentaram, as fanfarras emudeceram, as multidões se cruzaram em silêncio. De repente, ‘cedendo aos nervos tensos’, grita alguém: ‘Fala da mãe desse corno, Zé!’ . Foi a ordem de avançar, ressuscitando-se os ominosos tempos dos carnavais de sangue (SILVA, 1991,p. 72).

Essa “desordem” nos dias da festa é um dos argumentos dados na década de trinta para consolidar a necessidade da criação da Federação Carnavalesca Pernambucana, os argumentos que justificavam o seu surgimento era que a alta sociedade estava interessada no progresso do Estado, no entanto se fazia necessário tornar o Recife uma cidade do turismo, do Carnaval e da ordem. A FECAPE foi criada em 1934 e ficou responsável pela organização da festa até 1945. Entretanto, em 1955, ela ainda tentava de várias maneiras permanecer com o mínimo da força e prestígio que tinha antes.

Segundo Almeida, "A tentativa de reorganizar o Carnaval do Recife na década de 1930, reflete o desejo do Estado e da elite de encontrar uma saída para o reinado de Momo provinciano, que deveria ‘civilizar-se’”. O jazz foi eleito como o ritmo adequado aos clubes sofisticados da cidade. O frevo passou a ser considerado a “alma mestiça do povo”, razão pela qual a descendência branca, europeia, deveria "brincar" o Carnaval sob um ritmo nobre, moderno e civilizado. O frevo era dança de negro que andava pela rua fazendo desordem (ALMEIDA, 2001, p.149).





**Imagem 1:** Folião fazendo o passo durante o Carnaval do Recife na década de 1930. Pela falta de calçamento, tudo indica que era o Carnaval do subúrbio (uma das vilas de Agamenon Magalhães)

**Foto:** Alezandre Berzin.

**Acervo:** Fundação Joaquim Nabuco

Deste modo, a criação da Federação Carnavalesca Pernambucana deve ser vista como um dos muitos resultados de institucionalização do Carnaval da cidade e controle do chamado “mostro popular”. Para Lima, as elites locais precisavam ter o controle sobre o reinado de Momo, acabar com a violência; precisavam livrar a urbe dos “perigosos homens negros e pobres”. “Homens e mulheres que dançavam livremente pelas ruas durante os dias dedicados a festa” (LIMA, 2010).

### **A criação da Federação Carnavalesca Pernambucana**

A Federação Carnavalesca surgiu no dia 3 de janeiro de 1935. Ela foi idealizada por políticos; comerciantes; industriais estrangeiros, prestadores de serviços e jornalistas. As indústrias estrangeiras eram bastante conhecidas dos populares, sobretudo das camadas pobres, que muitas vezes não simpatizavam com as mesmas, pois as viam como exploradoras em seus serviços e, além disso, só permitiam trabalhadores de seu país de origem, como era o caso da empresa norte-americana *Electric Bond and Share*, cujo presidente era J. Pinheiro, tesoureiro da Federação, 4 só permitia funcionários de nacionalidade norte americana. Ou seja, patrocinar o Carnaval poderia ser entendido

como uma estratégia dos dirigentes dessas indústrias e companhias para criar uma melhor imagem diante do público, isto é, fazer com que fossem mais populares (ARAÚJO, 2008).

Para Rita de Cassia Barbosa de Araújo, a preocupação dos grupos de executivos das companhias estrangeiras não estava centrada no desejo de sanar os conflitos existentes nas ruas da capital pernambucana durante o Carnaval, mas sim fazê-lo um instrumento para que as grandes empresas pudessem criar vínculos com as camadas populares, e assim ganhar mais prestígio e aumentar os seus lucros (ARAÚJO, 1996).

A diretoria da Federação Carnavalesca era composta por grandes comerciantes e empresários, com exceção de Mário Melo, que já tinha contato com as agremiações carnavalescas muito antes da criação da Federação. É válido lembrar que, pelo estatuto da FECAPE, nenhum membro deveria ser dirigente de alguma agremiação (ANUÁRIO, 1938). Esses fatos corroboram na defesa de que a instituição foi criada para atender a uma demanda política e econômica. Em uma carta anônima publicada no *Jornal Pequeno* o leitor faz sérias críticas à ligação do jornalista Mario Melo com os industriais (VIDAL, 2010).

Você, meu caro amigo Mário Melo, deixou-se embromar pelas lábias de poderosos da Tramways, companhia estrangeira e que não mede despesa, quando se trata de atrair para seu rebanho ovelhas tresmalhadas. A Pernambuco Tramways sondou o terreno, ela sabe o quanto nosso povo é dado as questões Carnavalescas... eureka!... e a Tramways descobriu o nosso fraco... Enquanto se cuida de Carnaval, da Federação, de Duarte Coelho etc. etc. vai ela de mansinho, cuidando do seu interesse imediato, horário de bondes, leis de privilégios, inovações de contratos etc. e a imprensa... moita e ouça.... Enquanto isso, o público está sentido que corre com fragor o dinheiro americano, o calaboca dos nossos salvadores. Enquanto o pau vai e vem, a Tramways vem se infiltrando, e você meu e você meu caro Mário Melo (que pena!), vai perdendo a confiança dos que lhe admiram. <sup>7</sup>

Durante muitos anos a Federação Carnavalesca ocupou o lugar de principal órgão aglutinador do Carnaval. A verba destinada aos grupos permaneceu com poucas alterações entre os anos 1937 a 1945. Com a promulgação do Estado Novo, uma parte do orçamento do município é oficialmente destinada a subvencionar as agremiações carnavalescas. É válido lembrar, que nenhum outro ciclo festivo tais como São João e o ciclo natalino recebiam oficialmente uma ajuda financeira do Estado. Como já foi dito anteriormente, as agremiações carnavalescas ganham notoriedade por vários motivos,

---

<sup>7</sup>ONTEM, Hoje e amanhã. *Jornal Pequeno*, Recife, 15 de fev. 1935. p. 9.

dentre eles, a necessidade do Estado de estar junto a esses clubes, não só para conseguir votos, mas também era uma forma de controle social (SANTOS, 2010).

Apesar de manter invariável durante muitos anos o investimento público na organização das festividades Carnavalescas e da desvantagem no momento da distribuição do dinheiro entre os próprios clubes (...) o patrocínio oficial do Estado vincula-se a uma conquista da Federação, fato que desencadeia nos grupos uma espécie de comportamento submisso, cujo modelo era definido em estatuto, frequentemente revisto e consertado pelo Conselho Consultivo da FECAPE. Uma forma de manter as camadas populares disciplinadas, vivenciando “fatos que nos educam” e reproduzindo modelos que elevem o sentimento nacionalista defendido pelo Estado Novo (SANTOS, 2010, p. 198).

Sete anos após o golpe do Estado Novo, ainda era possível observar a preocupação do interventor Agamenon Magalhães com controle social da população. O país enfrentou um período político turbulento. O medo das ideias de esquerda torna-se comum no Recife. O pensamento comunista começa a fervilhar na cabeça dos militantes e na grande maioria da população pobre da urbe. E a Federação Carnavalesca vai atuar como uma grande mentora dessa ideologia repressora do Comunismo. A instituição procurava remodelar o espaço público da festa; controlar o comportamento dos foliões, inserir novos hábitos. Assim, todos os comportamentos que não estivessem nesses moldes, eram considerados obstáculos para a inserção da ordem no Carnaval do Recife (SANTOS, 2010, p. 200).

(...) cada associação Carnavalesca em um núcleo educativo; proibindo qualquer preocupação político-partidária; guerreira as atividades subversivas da ordem constitucional vigente no país; defende o respeito à lei e à autoridade pública encarregada de aplicá-la, transforma os fúteis motivos carnavalescos em oportunos pretextos para fortalecimento no nativismo sadio e construtor (ANUÁRIO, 1938).

A FECAPE tinha em seu estatuto direito de participar periodicamente de todas as atividades realizadas pelas agremiações, desde as reuniões de formulação dos regulamentos, escolha da diretoria até o planejamento do calendário anual, opinando nas festas, na inclusão de palestras, de seminários e outros eventos, que contribuíssem para o fortalecimento da unidade da pátria, alimentando ideia de nacionalidade, porém sem desviar as características tradicionais do Carnaval pernambucano.

Nos anos de 1930, a Federação Carnavalesca tinha em seu discurso a valorização do regional, exaltando, na maioria da população, o espírito patriótico e exótico, com fantasias inspiradas nas mais diferentes fases da história de Pernambuco. Para Durval Muniz, o discurso regionalista é muito mais do que uma ideologia das classes dominantes em uma determinada região. Ele apoia-se em práticas e na produção de uma sensibilidade regionalista, de uma cultura que tem como efeito ser incorporada por várias camadas da

população. O regionalismo vem contribuir para colocar a ideia de região em outro patamar, legitimá-lo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011).

Incentivados pela Federação, começam a circular pelas ruas da cidade pessoas da “alta sociedade” fantasiadas, fazendo alusões aos grandes nomes das revoluções que ocorreram em Pernambuco. Os organizadores da festa consideravam positiva essa adesão, pois a partir do momento que uma parte da população vestia-se de personagens que representavam a história do Estado, eram introduzidas as ideias nacionalistas. Nesse sentido, as fantasias carnavalescas adquiriram uma função político pedagógica. Com essas iniciativas, a Federação desejava criar uma nova forma de disciplina no Carnaval da cidade. Tudo era feito de tal forma que os foliões nem percebessem o controle, contudo, a resistência era latente. O que o povo queria mesmo era “cair no passo”.<sup>8</sup>

Para Chartier, tanto as práticas culturais quanto os bens simbólicos constituem objetos de lutas sociais, em que está em jogo sua classificação, sua hierarquização, sua consagração. Ao aderir às fantasias de Carnaval “recomendadas” pela Federação, uma camada da população legitimava a sua posição social. Desse modo, para compreender a sociedade, é preciso situá-la nesse espaço de enfrentamentos entre as relações que unem dois conjuntos de dispositivos: de um lado, os mecanismos de dominação simbólica versus as lógicas específicas em funcionamento dos usos de apropriação do que é imposto (CHARTIER, 1995).

Com a criação da FECAPE, em 1934, os laços entre a indústria, o comércio e o Carnaval ficam mais estreitos. A Federação carnavalesca contribuiu para desenvolver as indústrias pernambucanas, além disso, elas encontraram na FECAPE uma grande oportunidade para divulgar os seus produtos, além de contribuir para a promoção da festa, com a distribuição de prêmios entre as agremiações filiadas.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup>Além dessas medidas, o interventor fomentava constantemente sua imagem nos jornais da cidade, como o homem responsável por colocar em ordem o carnaval do Recife. Agamenon Magalhães fundou dois jornais: *Folha da Manhã* e *Folha da Tarde* para fazer propaganda de suas ideias políticas. Utilizando-se assim, dos meios de comunicação onde buscava justificar sua política de controle e ordem.

<sup>9</sup> A Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE) foi fundada em 1939, a instituição desde sua criação, era liderada por grandes nomes da sociedade pernambucana, tais como Cid Sampaio, eleito governador de Pernambuco em 1959-1962. Durante muitos anos a Federação das Indústrias e a federação do comércio ajudaram as agremiações carnavalescas, que visitavam as fábricas e o comércio, em busca de auxílio para o Carnaval, com os seus “livros de ouro”. Em pesquisa realizada no acervo da FIEPE não encontrei registros de como funcionava essa ajuda financeira, mas os jornais de circulação na cidade relataram que isso era uma prática comum no Carnaval do Recife, principalmente antes da criação da federação carnavalesca, pois não existia nenhuma lei oficial tanto estadual quando municipal para subsidiar os clubes carnavalescos.

Segundo o Artigo 17º do Estatuto da Federação, a diretoria de honra era composta pelo governador do Estado, pelo Prefeito do Recife, pelo presidente da associação comercial de Pernambuco, pelo Presidente da Rádio Clube de Pernambuco e pelo presidente da Associação dos comerciantes e varejistas de Pernambuco. O comércio e as indústrias pernambucanas ganham notoriedade e vultosos lucros durante a década de 1930. Essas empresas atraíam um público que ia além das fronteiras das agremiações, elas adentravam nas casas dos foliões, aguçavam os seus desejos de consumir os seus produtos. Elas recebiam o apoio da interventoria de Agamenon Magalhães, principalmente as empresas que lançavam Pernambuco em nível nacional e internacional. O interventor foi um grande defensor da mão de obra local e especializada. Além disso, ele contribuiu para consolidação de uma consciência patriótica dentro Estado.<sup>10</sup>

O controle da FECAPE vai além das fronteiras dos clubes, blocos e troças e das passarelas, penetrando nas residências dos seus filiados por meio de carta convites, diretamente enviadas pela diretoria. Eram convites para comparecerem a reuniões, palestras, debates, e ouviam programas pelas ondas de rádio, que junto ao Estado prestavam o serviço de modelação das massas. No rádio, por exemplo, a população ouvia o que o interventor desejasse e o que FECAPE selecionava (SANTOS, 2010).

Paulatinamente, o Carnaval foi sendo apropriado pelas elites políticas e forjando seu sucesso como resultado do apoio político local. O auxílio de ordem material e moral eram garantidos pelo governo à FECAPE ainda que não passassem de promessas vazias, como forma de obter apoio das camadas populares brincantes. O Carnaval tornou-se uma política pública, porque os políticos do Estado pareciam ter entendido as possibilidades que poderiam ser trabalhadas pelo Estado junto à população como um uso pedagógico da festa de Momo. Defender o Carnaval dirigido representou, nos anos de guerra, a defesa do próprio Estado Nacional (VIDAL, 2010, p. 155).

A Federação Carnavalesca deveria ficar por dentro de tudo o que acontecia nas agremiações. Todas as reuniões internas e ensaios deveriam ter, no mínimo, a presença de um membro da diretoria da Instituição e a autorização da Secretaria de Segurança Pública, caso contrário, a agremiação poderia ser desfilada. Cabia ao presidente da agremiação ir até a sede da FECAPE e solicitar a abertura de uma portaria:

---

<sup>10</sup>Para maiores informações sobre o desenvolvimento da indústria e do comércio na década de 1930 ler: PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1984, pp. 29-34.

Tendo o Clube Carnavalesco Mixto Vassourinhas, de realizar em sua sede social, sita a Rua Vidal de Negreiros N° 307, uma sessão ordinária às 20 horas, amanhã, vem solicitar de V.S um representante desta repartição, para assistir o desenrolar da mesma. Nestes termos. Pede deferimento.<sup>11</sup>

### Os “últimos” passos da Federação Carnavalesca Pernambucana

A Federação ficou responsável pela organização do Carnaval do Recife até 1945, no final do Estado Novo, ano marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial. Contudo, o conflito parecia ser o menor problema para a Federação. Logo os boatos de que não haveria festa de Momo naquele ano foram suprimidos, a Instituição divulgava constantemente nos jornais que haveria Carnaval. A mobilização para a realização da festa de Momo começou no início do ano. A FECAPE convocou blocos, troças, maracatus e clubes, para começarem a pensar e preparar a festa, com o tema: “*Carnaval da vitória e da paz*”.



**Imagem 2:** A fotografia ilustra que o povo queria mesmo era “cair no passo” (Carnaval de 1945)

**Foto:** Alexandre Berzin

**Acervo:** Museu da Cidade do Recife

<sup>11</sup> SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Decretos*, Pernambuco, 1941.



Assim, o sucesso do Carnaval de 1945 era propagado em todos os jornais. A ideia era não deixar transparecer as incertezas políticas do país e a crise internacional.<sup>12</sup> Os que estavam no poder tinham interesse de propagar o Carnaval do sucesso, e para isso, fazia-se necessário ter controle total dos meios de comunicação. Agamenon era um dos sócios fundadores dos periódicos *Folha da Manhã* e *Folha da Tarde*; Mário Melo (Secretário da Federação Carnavalesca) era jornalista do *Diário da Noite*, *Jornal Pequeno* e se utilizou muitas vezes das suas colunas nos jornais, para defender a instituição da qual fazia parte, a FECAPE.

O Carnaval é o assunto da cidade. Os festejos desse ano já não se podem negar, marcaram êxito iniludível. O resultado da campanha feita pela Federação Carnavalesca Pernambucana, agrupando nada menos de setenta clubes, blocos, trocas caboclinhos e maracatus, a ajuda expressiva do comércio e indústria pernambucana, os bailes que se anunciaram, as providências tomadas no que diz respeito à decoração e iluminação extraordinária das principais artérias da cidade.<sup>13</sup>

O que observamos nos jornais foi uma tentativa de consagrar o Carnaval como a festa da alegria do povo. Habitadas ao modelo de festa feito pela FECAPE, as agremiações ficaram apreensivas, pois era melhor ser subvencionada pela Federação do que ficar sem subsídios para confeccionar as fantasias e os demais gastos financeiros. No entanto, o que todos temiam aconteceu. A Instituição perde força com o fim do Estado Novo. Em dezembro 1945, Getúlio Vargas foi deposto e junto com ele foram todos os seus interventores, dentre eles Agamenon Magalhães, que só voltaria mais tarde através do voto nas urnas. Quem assumiu o governo do Estado foi o General Demerval Peixoto, indicado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra.

No reinado de Momo de 1946, a Instituição entra em colapso, e em 1947 a crise se agravou.

A justificativa do Interventor Federal era a indisponibilidade dos recursos; contudo quando o Secretário da Fazenda foi procurado pelos integrantes de agremiações filiadas a Instituição, a fim de que houvesse notícias da possível crise que assolou as finanças do Estado, o Secretário foi categórico em dizer:

<sup>12</sup> APRESENTARAM-SE no Carnaval deste ano, sob o controle da Federação Carnavalesca Pernambucana, setenta e oito agremiações fizeram o Carnaval de rua. Aminado e brilhante o Carnaval de 1945. *Folha da Manhã*, Recife, 13 de fev, 1945. p.3.

<sup>13</sup> CARNAVAL de 1945. *Folha da Manhã*, Recife, 18 de jan. 1945. p.12.

Em uma notícia da *Folha da Manhã* de 1945, o jornal rende agradecimentos aos diretores da FECAPE, João Lemos, Mario Melo, Rafael Alves e Armando Moreira Pinto que segundo o periódico iniciaram uma campanha no sentido de amparar as agremiações. A Federação Carnavalesca Pernambucana conseguiu arrecadar Cr\$ 62.900 para a promoção das festividades daquele ano. VESPERAS de Carnaval. *Folha da Manhã*, Recife, 25 de jan. 1945. p.10.



não se passa de um boato. A situação dos cofres públicos está ótima! O não financiamento do Carnaval era mais partidária do que diziam os promotores do Carnaval dirigido (VIDAL, 2010, 172).

O fato é que a Federação foi criada e fomentada pelo governo anterior, desse modo, a Federação foi afetada pela falta de investimento do Estado. Os recursos recebidos por ela não davam para custear nem a metade do que a mesma precisava para promover o Carnaval. O auxílio do governo era de 50 mil Cruzeiros, e passou para 8 mil (BRZ). Segundo o jornal Folha da Manhã, a falta de auxílio do governo à festa de Momo estava prejudicando não só as agremiações e o povo, mas também a economia do Estado, uma vez que o fluxo de turistas estava diminuindo.<sup>14</sup>

No ano de 1947 a FECAPE deixou de ser também a intermediária entre a Secretaria de Segurança Pública e as agremiações. O Estado passou a ser a entidade organizadora da festa. Em resposta, a Federação se recusou a auxiliar o governo na promoção da festa, deixando visíveis as divergências políticas. Diante da querela, a instituição convidou todas as agremiações a não tomar parte do período momesco realizado pelo Estado. Naquele ano, inicia-se em Pernambuco a greve das agremiações carnavalescas. Os carnavalescos se uniram, não em prol da Instituição, mas em defesa das suas agremiações e da festa de rua.<sup>15</sup>

Os dirigentes das agremiações carnavalescas ameaçaram não colocar seus clubes, blocos, troças e escolas de samba para desfilar no referido ano, caso as subvenções do Estado e do Município não fossem liberadas. As principais agremiações lastimavam a péssima atenção que vinham recebendo dos poderes constituídos. Cabia ao Estado e à Prefeitura a responsabilidade de subsidiar o Carnaval recifense.

Nos jornais as agremiações começavam a desaparecer do cenário carnavalesco, ou deixavam de participar por falta de recursos. Tradicionais agremiações carnavalescas passavam por dificuldades, tais como: Vassourinhas, Clube das Pás, Bloco Madeira do Rosarinho. Muitas estavam com “nome sujo na praça”, deviam a agiotas, prática comum aos moradores de subúrbios.<sup>16</sup>

Protesto das associações filiadas a F.C.P. contra a recusa de auxílio pelo governo do Estado [...] A fim de evitar dúvidas e para que ninguém seja enganado com pedido de auxílio de grupos carnavalescos,

---

<sup>14</sup> ESTÁ SENDO desprestigiada à Federação Carnavalesca. *Folha da Manhã*, 07 de jan. 1947. p.12.

<sup>15</sup> O FRACASSO do Carnaval deste ano. *Folha da Manhã*, Recife, 12 de jan. 1947. p.12.

<sup>16</sup> De acordo com o Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa, o significado da palavra agiota é “que coloca em prática a agiotagem ou a usura; que se dedica à agiotagem. Pessoa que pratica a agiotagem ou a usura; usurário”.

formados de momento, sem organização legal, sem estatuto e sem diretoria eleita, a Federação Carnavalesca Pernambucana resolve tornar público que suas associações filiadas resolveram espontaneamente não fazer o carnaval de rua, pelo motivo conhecido pelo sr Interventor Federal negando o auxílio que nos anos anteriores era, por seu intermédio. Dado aos cordões, blocos, maracatus e etc, para a exibição, e haver vetado o auxílio incluído no orçamento pelo conselho administrativo do Estado. Assim, a Federação, por seus clubes filiados, declara ao comércio e a indústria que nenhuma associação está, por ela, autorizada a angariar dinheiro.<sup>17</sup>

Para garantir que nenhum dos seus filiados desrespeitasse a greve, no dia 29 de janeiro de 1947, o jornal *Folha da Manhã* anunciava: “desautorizados de angariar dinheiro no comércio e indústria os clubes e blocos”. A justificativa dada pela Federação Carnavalesca era de que as associações filiadas resolveram espontaneamente não fazer este ano o Carnaval de rua, por motivo do interventor Federal ter negado um auxílio que nos anos anteriores era por seu intermédio. Assim, a instituição declarava, por seus clubes filiados, que nenhuma associação estava autorizada a angariar dinheiro da indústria e comércio.<sup>18</sup>

O que podemos perceber, diante do posicionamento da instituição em proibir que seus filiados busquem outros meios de sobrevivência, que é uma tentativa da FECAPE de pressionar o Estado a reconhecer a importância da Federação para o sucesso do Carnaval de rua. A partir do Carnaval de 1947 houve o acirramento das disputas políticas na festa do riso.

Os jornais divulgavam o “fracasso” dos festejos momescos de 1947, segundo eles, o reinado de Momo foi um evento “policialesco” de pequena proporção. O Carnaval promovido pelo interventor Demerval Peixoto tinha tentado de tudo para obter o sucesso, mas teria fracassado. A razão desse fracasso era respaldada pela falta de apoio dos grupos carnavalescos à entidade promotora do Carnaval (VIDAL, 2010).

Como prevíamos, jamais em Pernambuco houve um Carnaval de rua tão fraco e tão desanimado. Aliás, a previsão não era difícil: o povo gosta muito de se divertir, gosta de ir para as ruas, de saltar, de pular, de fazer o “passo”, de cair no frevo atrás dos seus cordões prediletos [...] Os clubes tradicionais do Recife esperaram que o governo viesse em seu auxílio. O Conselho Administrativo aprovou a verba costumeira para a Federação. O governo, porém, por questões políticas, recusou o auxílio: os clubes

<sup>17</sup>NÃO FARÃO o Carnaval de rua. *Folha da Manhã*, Recife, 29 de jan. 1947. p.2.

<sup>18</sup>JÁ FRACASSOU o Carnaval oficial. *Folha Manhã*, Recife, 16 de fev. 1948. Capa.

desistiram de sair as ruas. Sentindo o descontentamento do povo, o governo tentou remediar a situação, organizando um Carnaval que é o que se está vendo: um autêntico fracasso.<sup>19</sup>

A greve da Federação trouxe para o cenário das políticas culturais novos agentes institucionais, que foram incorporados à organização pública do Carnaval, trazendo assim outros valores, novas ideias e manifestações, que eram anteriormente apontados como inimigos em potencial do Carnaval pernambucano. As agremiações enfrentaram o Estado, seus maiores financiadores. Elas sabiam a força que tinham, pois sem elas a festa de rua não seria a mesma. Porém não podemos dizer que o Carnaval sem a Federação Carnavalesca foi um “fracasso”.<sup>20</sup> O brincante, no Carnaval do Recife, representava uma agremiação, via na folia a defesa de um estandarte e de uma tradição, ou seja, defendia interesses do seu grupo. Enquanto que o folião entregava-se de corpo e alma à festa, como se o reinado de Momo fosse uma fuga temporária da realidade.

Enquanto a Federação tentava permanecer com o mínimo de força e prestígio que tinha antes, o Estado tinha se utilizado de diversos mecanismos para tentar coagir as agremiações Carnavalescas a tomarem parte do seu Carnaval. As investidas eram várias, desde ameaças, coação a suborno às agremiações Carnavalescas. Porém essas ações não implicarão o resultado pretendido,

(...) no ano passado, depois de nossa recusa de receber dinheiro para o Carnaval, o que motivou o retraimento dos principais clubes, o interventor Dermeval Peixoto quis emendar a mão e decretou o Carnaval oficial (...) Não foi desse mundo a propaganda. Empregaram todas as armas, desde suborno à ameaça, para que os clubes tradicionais aderissem ao Carnaval oficial. E tudo firme. No duro. Nem um dos grandes clubes, três dos quais já festejaram seu cinqüentenário, aderiu. Ainda outro dia, em plena assembleia, **um negro velho contou com seus pares da Federação que foi chamado a policia para por na rua sua brincadeira. Davam-lhe tudo: licença gratuita, música, dinheiro. Resistiu. Ameaçaram-no de prisão.** Usou de estratégia e acabou mantendo sua solidariedade aos companheiros. O clube não saiu. Quando por esses tempos, os xelelés diziam e escreviam que o Carnaval oficial estava aminado e seria brilhantíssimo, por mais de uma vez, perguntei se poderia haver Carnaval sem o veterano Vassourinhas, sem o Pás, sem o Lenhadores, sem o Toureiro, sem o Bola de Ouro, e nenhum destes se exibiria. E nenhum de fato se exibiu, por onde se vê que o Carnaval oficial de 1947, teria sido tudo menos o Carnaval pernambucano.<sup>21</sup> **(Grifos meus)**

<sup>19</sup>ARREMÊND0 de Carnaval. *Folha da Manhã*, Recife, 18 de fev, 1947. Capa.

<sup>20</sup> O jornal *Folha da Manhã* foi criado em 21 de novembro de 1937, seu sócio majoritário era Agamenon Magalhães, interventor do Estado. O *Jornal do Commercio* foi fundado em 1919 por Francisco Pessoa de Queiroz, o periódico defendia os interesses da classe conservadora. O *Diario de Pernambuco* foi fundado em 1825 por Antônio José Miranda Falcão, é um dos jornais mais antigos em circulação da América Latina. O *Diário da Noite*, foi fundado em 1929 pertencia ao grupo dos Diario dos Associados, cujo proprietário era Assis Chanteaubrinand.

<sup>21</sup>*Diario de Pernambuco*, Recife, 16 de jan, 1948.p.2.

Em 16 de setembro de 1947, a Assembleia Legislativa do Estado modifica o Decreto, nº 110, de 10 de maio de 1938. Ficando estabelecido pelo Decreto nº 11, art 4º que FECAPE se tornava órgão consultivo da Secretaria de Segurança Pública, para assim conceder licença às agremiações carnavalescas. A Instituição teria a função de encaminhar ao Secretário de Segurança Pública toda a documentação das agremiações carnavalescas, para a devida aprovação de participação dos festejos momescos promovidos pelo Estado.<sup>22</sup>

### **Considerações Finais**

Assim, podemos perceber que a instituição (FECAPE) perde a ajuda financeira do Estado. Até 1947, ela tinha o controle financeiro da verba destinada pelo Estado para a promoção do reinado de Momo. No Carnaval de 1948 a Federação continuou enfrentando dificuldades financeiras, pois, sem o apoio do Estado, ela teve que se desdobrar para conseguir dinheiro. A estratégia criada pela instituição foi a promoção de concursos para clubes, blocos, troças e maracatus, em associação com a empresa “Moagens do Recife”.

As novas funções da Federação Carnavalesca de Pernambuco eram promover diversas licenças para os clubes, elaborar contratos para serem utilizados nas negociações com o sindicato dos músicos e a manter a paz e harmonia entre os grupos, inclusive entre os grupos de frevo e escola de samba. Era também atribuição da instituição determinar os padrões e as características essenciais para a classificação de cada gênero de agremiação, ou seja, como deveria ser a composição de um clube, bloco, maracatu, escola de samba e boi. Na década de 1950, a Federação ainda tinha em sua diretoria pessoas da “alta sociedade” pernambucana: donos de indústrias, intelectuais e políticos, como Aristófanos de Andrade, vereador com vários mandatos na Câmara Municipal do Recife.

O Estado procurou “incentivar” muitas agremiações desfiladas da Federação a voltarem para o seu controle. Essa decisão ocorreu após intervenção da Câmara dos Vereadores do Recife, que se empenhou no retorno dos clubes desfilados, para que voltassem a ser regidos e controlados. A FECAPE, pelo decreto nº 11 de 1947, passou a ser uma ponte entre as agremiações e a Secretária de Segurança Pública. Por isso, era tão

---

<sup>22</sup> SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Decretos*, Pernambuco, 1947.

importante tê-las sob o seu controle. É válido lembrar que as agremiações tinham um poder de organização social e política.

Os jornais do Estado davam indícios de que outras entidades da sociedade civil passariam a ser organizadoras da festa. Esses segmentos encontraram mais apoio nas ações do Estado do que a Federação, pois aqueles grupos não estavam vinculados à estrutura Estadonovista. A saída de Vargas do poder e o fim do Estado Novo fizeram com que o movimento de contestação à Federação se consolidasse. Depois da greve e do “boicote” declarado ao Carnaval institucional de Demerval Peixoto, um grupo alternativo começou a ganhar destaque nos jornais: A Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife (ACCR), cujas propostas eram trazer para a festa a supressão da influência do Estado sobre a brincadeira de rua, através de representações de que o reinado de Momo era uma festa democrática.

A Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife, aos poucos entra em contradição no seu discurso de que “estava promovendo um Carnaval democrático, para o povo”. Anualmente a ACCR armava um palanque no Pátio do Paraíso, onde o povo não poderia se aproximar e nem desfrutar daquele espaço, pois o acesso era reservado a jornalistas, autoridades e convidados. As agremiações quando passavam no Pátio do Paraíso tinham por obrigação parar por alguns minutos no palanque da Associação.

A Federação mesmo recebendo críticas nos jornais do “Carnaval oficial” que promoveu por mais de uma década, não partiu para o ataque, preferiu não se posicionar, deixando transparecer que não iria colocar nenhum empecilho à Associação dos Cronistas. Nos carnavais da década de 1950, os jornais começam a anunciar que era de total responsabilidade da Prefeitura da Cidade do Recife, através da Diretoria de Documentação e Cultura (DDC), promover e animar o Carnaval de rua.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar*. Revista Patrimônio e memória, UNESP-FCLAs-CEDAP, v.7,n.1,pp.134-150, jun.2011.

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. *A construção da verdade autoritária*. São Paulo: Humanitas: FFLCH: USP, 2001, p.149.

ARRAES, Marcos Alexandre. Primeiro enunciado de Modernidade: o discurso do moderno no Recife nas décadas iniciais do século XX. *Revista do departamento de História e Ciências Sociais*, UFG, v. 7, p. 101-121, 2010.

ARRAIS, Raimundo. *Recife, culturas e Confrontos*. Natal: EDUFRN, 1998.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *Festas: Máscaras do tempo: entrudo, mascarada e frevo no Carnaval do Recife*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1996

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. DIP DOPS no frevo: Carnaval, política e identidade cultural em Pernambuco (1930-1945). In GUILLEN, Isabel Cristina Martins (org). *Tradições e traduções: a cultura imaterial em Pernambuco*. Recife, Ed. UFPE, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1: artes de fazer. 20ª Ed. São Paulo: Vozes, 2013.

CHARTIER, Roger. *Cultura Popular revisitando um conceito historiográfico*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, no. 16, 1995.

COUCEIRO, Sylvia Costa. *Artes de viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos de 1920*. Recife, tese de Doutorado em história. UFPE, 2003.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

FERREIRA, Ascenso. *Ensaaios folclóricos*. Recife: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, 1986.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. *Entre Pernambuco e a África. História dos maracatus nação do Recife e a espetacularização da cultura popular (1960-2000)*. Rio de Janeiro, tese de doutorado em História, UFF, 2010.

SANTANA, Andresa Bezerra de. *Silêncio no centro do Recife: as práticas urbanísticas e o calar de um monumento no período estado novista*. Salvador: II Seminário Internacional Urbanístico, 2012.

SANTOS, Mário Ribeiro dos. *Trombones, tambores, repiques e ganzás: a festa das agremiações carnavalesca nas ruas do Recife (1930-1945)*. Recife, dissertação de mestrado em história, UFRPE, 2010.

SILVA, Leonardo Dantas. Elementos para história social do Carnaval do Recife. In: Maior, M. S; Silva, L.D. *Antologia do Carnaval do Recife*. Recife: Massangana, 1991

THOMPSON, E. P. Introdução: costume e cultura. In: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

VIDAL, Francisco Mateus Carvalho. *A Fresta do estado e o Brinquedo para os populares: História da Federação Carnavalesca Pernambucana (1935-1949)*. Recife, dissertação de mestrado, UFPE, 2010.

#### **Documentos oficiais**

*ANUÁRIO do Carnaval Pernambucano 1938*. Recife: Publicação da Federação Carnavalesca Pernambucana, 1938, s.p.